

A PERCEÇÃO DOS MEDIADORES SOCIAIS SOBRE OS MERCADOS INSTITUCIONAIS DE ALIMENTOS NA SERRA DOS TAPES/RS: RELAÇÕES ENTRE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR

LUIZ FELIPE WASSMANSORF¹; GIANCARLA SALAMONI²;

¹Universidade Federal de Pelotas – lhw.geo@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – gi.salamoni@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A ação de alimentar-se, em qualidade e quantidade adequadas, permanece, mesmo em tempos de agricultura intensiva, modernizada e em seu ápice produtivo, como um problema social e político ainda não solucionado. No ano de 2020, em países ditos em desenvolvimento, encontram-se números expressivos de pessoas em situação de vulnerabilidade nutricional ou mesmo sem acesso a qualquer tipo de alimentação minimamente suficiente para atender às necessidades biológicas – em alguns casos, inclusive, sem acesso à água potável.

Segundo esclarece Mizzuno et al. (2021),

O conceito de SA foi alterado a partir da Conferência Internacional de Nutrição (ROMA, 1992) organizada pela FAO e OMS (Organização Mundial da Saúde), quando foi incorporado ao termo o conceito de alimento seguro (não contaminado biologicamente ou quimicamente) e com qualidade nutricional, sanitária e tecnológica, produzido de forma sustentável e respeitando a cultura local, ampliando o conceito de Segurança Alimentar (SA), para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). (MIZZUNO et al., 2021, p.93)

Frente ao agravamento da crise alimentar e nutricional, com aumento de pessoas em situação de pouco ou nenhum acesso a qualquer tipo de alimentação minimamente suficiente para atender às necessidades biológicas, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional produziu um inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2021). O documento indica que “é de muita gravidade e preocupante a situação de baixo acesso aos alimentos por grande parcela de brasileiros(as)” (REDE PENSSAN, 2021, p. 35).

O reconhecimento da importância da agricultura e do abastecimento de alimentos para o desenvolvimento social e econômico do Brasil fez com que a evolução histórica das políticas públicas, inspiradas e co-elaboradas pela FAO, fossem adotadas para aprimorar os mecanismos de produção e distribuição de produtos agrícolas no mercado interno. Infelizmente, constata-se uma redução dos investimentos destinados às políticas voltadas para os mercados institucionais de alimentos, que beneficia a agricultura familiar e o abastecimento interno. Em contrapartida, vem ocorrendo um acentuado direcionamento dos investimentos públicos ao setor do agronegócio, voltado para produtos agrícolas exportáveis, as chamadas *commodities*.

O modelo vigente, de caráter produtivista e tecnicista, resulta nos grandes deslocamentos de produtos alimentícios, definidos como “canais longos” de comercialização. Este modelo se vincula ao meio técnico-científico-informacional moderno, “reafirmando os territórios especialistas, favorecendo o agronegócio, com o objetivo de garantir o lucro, através de isenções, mão de assalariada barata, onde

sua maior característica consiste na homogeneidade/imediatismo/dependência” (DAROLT, 2013, p.140).

Por outro lado, há outro tipo de mercado denominado de “canais curtos” de comercialização, que promovem a agricultura familiar, a economia local, bem como, os produtos locais oriundos do mesmo território. Limons (2018) defende que:

Sua principal característica consiste na diminuição dos intermediários, garantindo assim a qualidade dos gêneros alimentícios que são entregues ao consumidor. Este canal de comercialização fornece uma relação maior entre sociedade e natureza, também incorporam esferas sociais caracterizados pela economia das unidades familiares, promovendo a segurança alimentar em escala local e regional. (LIMONS, 2018, p. 34)

Darold (2013) define os circuitos curtos de comercialização em duas modalidades de classificação: venda direta e indireta. A venda direta é “realizada diretamente para o consumidor”, sendo assim, a venda é comumente feita diretamente nas propriedades, feiras e lojas de associações, feiras na beira de estrada, venda para grupos de consumidores, cestas à domicílio. A venda indireta é resultado da “mediação de um único intermediário na comercialização dos produtos” por lojas especializadas, lojas de cooperativas de produtores ecológicos, restaurantes, pequenos mercados de produtos naturais, lojas virtuais, programas do governo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), programas que servem como referência para o fortalecimento da agricultura familiar (LIMONS, 2018, p.37-38).

Diante do exposto, o objetivo central deste trabalho converge para a construção do reconhecimento da agricultura familiar como ator social que detém o protagonismo na produção de alimentos para famílias rurais e urbanas e nos processos de desenvolvimento rural, principalmente, em países nos quais esta categoria social disputa território com o agronegócio e a produção de commodities agrícolas. Também busca promover a discussão sobre a importância das redes locais e canais curtos como estratégia de permanência da agricultura familiar e caminho para a redução de mal alimentados e nutridos no país.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho é parte da agenda de pesquisa de projeto de maior abrangência que trata de estudo-diagnóstico sobre as repercussões do PAA e do PNAE sobre a organização dos sistemas agrários familiares nos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu, localizados na Serra dos Tapes no Estado do Rio Grande do Sul. Em uma das etapas da pesquisa foi utilizado um roteiro por pautas para dirigir as entrevistas com os mediadores (técnicos da EMATER, presidente da Cooperativa União, Representante do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia-CAPA). Esse roteiro contempla as categorias de análise definidas a priori como norteadoras das análises, a saber: diversificação produtiva (DP), ampliação do autoconsumo (AC), multifuncionalidade da agricultura (MF) e produção agroecológica (PA). Cabe ressaltar que outras categorias podem emergir do corpus das entrevistas, as quais servirão para descortinar possibilidades não vislumbradas inicialmente acerca das repercussões de PAA e PNAE sobre os sistemas agrários locais.

Para este trabalho, especificamente, foram utilizadas informações e dados secundários, tratados em uma perspectiva qualitativa, considerando-se o panorama geral dos canais de comercialização para a agricultura familiar e o contexto dos programas institucionais nos municípios da Serra dos Tapes/RS e, ainda, apresentados os resultados preliminares da análise das informações

primárias, obtidas a partir das entrevistas realizadas com mediadores sociais desses programas. Dessa forma, após a transcrição integral das entrevistas realizadas, foi possível constituir o *corpus* – o material empírico bruto submetido aos procedimentos de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do recente reconhecimento da importância da categoria social da agricultura familiar (década de 1990) pelas políticas públicas do Estado brasileiro, é somente em 2003, junto à vigência do Programa Fome Zero, criado para dirimir do país o mapa da fome, garantindo o direito humano à alimentação adequada, que o PAA (Lei nº 10.696 - 2003) e às mudanças realizadas no PNAE (Lei nº 11.947 - 2009) tornam-se às principais políticas que buscam fomentar a permanência e manutenção da agricultura familiar e, conseqüentemente, a obtenção de produtos alimentícios de qualidade destinados a escolas públicas e populações em situação de vulnerabilidade social. Ambos os programas abrem as possibilidades de mercados institucionais para a produção familiar, através de compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar, garantindo mercados consumidores para os produtos dessa categoria social.

Os programas do PAA e PNAE compreendem a modalidade de canais curtos indiretos de comercialização dos produtos produzidos pela agricultura familiar, uma vez que para o acesso de chamadas públicas ou editais, a principal forma de acesso dá-se junto a filiação a cooperativas de agricultores familiares, que contam com a mediação de técnicos da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia-CAPA e das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, que gerenciam a implementação e a operacionalidade das políticas públicas para agricultura familiar, e entidades executoras, representantes da Secretaria Municipal de Educação, das Coordenadorias Regionais de Educação da Secretaria Estadual de Educação e do Restaurante Escola da Universidade Federal de Pelotas – no caso dos municípios do recorte da Serra dos Tapes/RS. Quanto as unidades de registro extraídas do *corpus* das entrevistas, estas foram sumarizadas em tópicos ou breves sentenças que se mantinham como unidades de contexto, pois resguardavam o conteúdo original expresso pelos entrevistados, agora enunciado de forma contraída. Essa contração se mostrou fundamental para que fosse possível apresentar um panorama sintético da compreensão dos entrevistados sobre a ação dos programas institucionais de aquisição de alimentos da agricultura familiar na Serra dos Tapes, no que concerne às categorias de análise, além de propiciar uma visão comparativa da percepção dos informantes, permitindo a identificação de concordâncias e divergências entre eles.

Uma questão inicialmente verificada consiste na recorrência com que os entrevistados fazem menção ao termo “boom”. Parece existir uma concordância entre eles acerca dos programas terem provocado um impacto significativo e contundente sobre as cooperativas e a agricultura familiar local. No entanto, essa dinamização teria ocorrido apenas por um curto lapso de tempo, equipando e fortalecendo parte da produção local, mas não permitindo uma estruturação mais consistente, que, de fato, permitisse uma autonomia comercial dos fornecedores além das margens dos programas.

4. CONCLUSÕES

A agricultura familiar se reinventa a cada dificuldade de comercialização de seus produtos alimentícios e, por essa razão, instrumentaliza-se, dentro de suas possibilidades, para acessar os diferentes canais de comercialização, sejam eles canais longos ou curtos. Assim, entendemos que as políticas públicas são vias de promoção do desenvolvimento rural, mas são, também, reflexos de um modelo de desenvolvimento que se materializa conforme o direcionamento e escopo da orientação ideológica adotada na sua concepção.

Por essa razão, a análise dos programas de compras institucionais para a agricultura familiar, na perspectiva dos canais curtos indiretos de comercialização, como é o caso do PAA e do PNAE e das repercussões sobre a organização dos sistemas agrários locais é indispensável à avaliação crítica sobre as estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Estado para o rural brasileiro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

MIZZUNO, P.B.; COSTA, S.M.; ARANA, A.R.A. Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e a sua relação com Agricultura Familiar. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 16, n. 40, p. 91-114, abr., 2021.

DAROLT, M. R. Circuitos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDLE, Paulo André, ALMEIDA, Luciano de., VEZZANI, F. M. (Orgs). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Roma, 2017. Acessado em 27 Jun 2021. Online. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-l7695e.pdf>

LIMONS, C. M. **Canais Curtos de Comercialização e Agricultura Familiar: os programas institucionais do PAA e PNAE**. 2018. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. Brasil, 2021. Acessado 27 de Jun de 2021. Online. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf